



## NOVOS MUNICÍPIOS X CÍRCULOS ELEITORAIS

**O presidente da CNE entende que os novos municípios não contam como novos círculos eleitorais em 2006, porquanto o Boletim Oficial, com as leis que instituem as referidas autarquias, deu entrada na Assembleia Nacional fora do período de 10 meses que o chefe de Estado tem para marcar as legislativas do próximo ano, isto é, 13 de Janeiro e 12 de Março de 2006. Bartolomeu Varela pode estar, todavia, a interpretar mal a lei, segundo defendem outros actores deste processo, nomeadamente o Governo e o Parlamento, além de juristas contactados por A Semana. Ainda assim, resta uma outra questão: como é que um BO leva mais de 10 dias para "viajar" do Plateau para o Palácio da Achada de Santo António.**

Por: JOSÉ VICENTE LOPES



## A polémica está instalada

Se depender da interpretação do presidente da Comissão Nacional de Eleições, os cidadãos da Ribeira Grande, Órgãos, Picos (Santiago), Santa Catarina (Fogo) e Tarrafal (São Nicolau) vão ter de esperar um pouco mais para realizar o sonho de ter deputados próprios, que os represente na Assembleia Nacional, em 2006. Em artigo enviado a este jornal (ver pág.9), para clarificar a sua posição veiculada na edição anterior deste jornal, a propósito dos novos municípios e círculos eleitorais, Bartolomeu Varela sustenta por que razão nas próximas legislativas "não deverão funcionar como círculos eleitorais os cinco novos municípios criados pelas leis n.ºs 63 a 67/V/2005", da Assembleia Nacional.

Tudo, segundo o presidente da CNE, gira à volta do Boletim Oficial n.º 19, I Série, saído a 9 de Maio, contendo os diplomas da criação dos novos municípios, mas que só deu entrada na AN no dia 20 do mesmo mês. E, segundo Varela, em explicações suplementares a este jornal, entre a data que um BO ostenta no seu cabeçalho e a data em que o mesmo foi publicado ou posto em circulação efectivamente, o que conta realmente é o dia em que a referida publicação dá entrada na Secretaria-Geral do Parlamento (Lei n.º 38/III/88, de 27 de Dezembro).

Assim, em vez de 9 de Maio, a data que prevalece é 20 de Maio, pelo que, feitas as contas, os novos municípios não chegam a tempo de funcionar como círculos eleitorais, em 2006. Isto porque, em nome da estabilidade do sistema, as regras eleitorais não podem ser alteradas 10 meses antes das eleições seguintes, conforme reza a Constituição e o Código Eleitoral.

Por outras palavras, esta leitura do presidente da CNE contraria em absoluto o motivo que levou à criação dos novos municípios, conforme deixa transparecer o ministro Júlio Correia e outras fontes do PAICV e do MpD, para quem esses municípios devem ser abrangidos pelas próximas legislativas. Não só em nome da igualdade que deve haver entre os municípios, como também para não

defraudar as expectativas dos cidadãos desses novos concelhos quanto a ter os seus próprios representantes no parlamento.

"Sabendo da questão da estabilidade eleitoral consagrada pelo nosso sistema", diz Júlio Correia, "tivemos de apresentar a proposta-de-lei ao parlamento a 25 de Fevereiro, para que exactamente se cumprisse com o artigo 97 da CR. Além disso, os anteriores municípios, criados depois de 1991, foram automaticamente transformados em novos círculos eleitorais. Portanto, não vejo por que razão as coisas haveriam agora de ser diferentes".

No entanto, quer Júlio Correia, quer as outras fontes, nomeadamente juristas consultados por **A Semana** têm entendimento diferente da do presidente da CNE sobre a questão da entrada em vigor das leis dos novos municípios. "Não há uma escola única sobre esta matéria", afirma o ministro da Administração Interna, sem deixar de ressaltar, entretanto, que "o governo respeita aquilo que estiver determinado pela lei".

Por seu turno, sem também fazer finca-pé, na medida em que não teve tempo para analisar devidamente o assunto, dado que quando **A Semana** o contactou se encontrava na Boa Vista em visita de trabalho ao seu círculo eleitoral, o presidente da AN reconhece a existência da norma que determina que, em caso de conflito, "se houver divergência entre a data do BO e a data efectiva da publicação, o que conta é a data em que o BO deu entrada na AN". Aristides Lima duvida, todavia, se se está diante de um caso de conflito, na medida que se trata de leis que foram aprovadas por unanimidade.

Germano Almeida e Jorge Carlos Fonseca, bem como um outro jurista que prefere o anonimato, estranham a referida norma. Os três são unânimes em afirmar que em casos do género o que conta é a data que o BO ostenta no cabeçalho. "Teoricamente, o BO é posto a circular no mesmo dia da sua publicação", explica Almeida, no que é apoiado por Fonseca, para quem as leis que criam os

novos municípios tornaram-se eficazes "a partir do momento da sua publicação no BO".

"É o Boletim Oficial, meu Deus!", exclama, irónico, Germano Almeida, para quem o problema levantado pelo presidente da CNE não faz sentido. "O BO é um documento oficial do Estado, é a lei em si porque o que lá está é lei. Portanto, não faz sentido dizer que o que conta é a data em que as instituições ou as pessoas tomaram conhecimento de uma determinada lei inserta num dado BO. É a primeira vez que oiço isto".

Na mesma senda, para Jorge Fonseca, a questão da data do registo do BO nos serviços parlamentares é no máximo uma "norma" da própria AN, porquanto o que realmente prevalece "é a data do BO", o que significa que as leis que criam os cinco novos municípios entraram imediatamente em vigor a 9 de Maio, com a sua publicação no BO. "Outra interpretação não tem sentido".

## Depósito legal

Mas nesta polémica resta, ainda assim, a questão do tempo que se levou para que a AN tivesse acesso a um BO contendo leis da sua competência exclusiva, ainda por cima um assunto que todos os actores políticos (governo e parlamento) consideram de suma importância. "Se há uma lei importante, a AN, através dos seus serviços administrativos, deve acompanhar todo o processo da sua feitura, desde a sua discussão até a sua publicação", critica a fonte anónima de **A Semana**. "As pessoas andam a marimbar-se com coisas sérias neste país".

Neste ponto este jornal também abordou tanto o presidente do CA da Imprensa Nacional, Lucídio Moreira, como o presidente da AN, Aristides Lima. Segundo o primeiro, são os serviços da AN a proceder ao levantamento dos BO junto da IN, tendo inclusive esta entidade tratado de normalizar a publicação dos boletins, através de edições regulares às segundas, quartas e sextas-feiras. "O BO do dia 9 saiu no dia 9 e

foi levantado aqui nos nossos serviços no dia 20 por um funcionário da AN. Há serviços que levantaram antes".

No entanto, a acreditar numa fonte, a história não é bem como conta o PCA da Imprensa Nacional. "A IN tem a obrigação do depósito legal. É como acontece com qualquer publicação, por exemplo **A Semana**. A cada novo número cabe ao próprio jornal fazer chegar esse novo número ao Ministério Público e a outras entidades definidas por lei. A IN tem essa mesma obrigação em relação ao parlamento".

Depois de mandar saber o que tinha passado, Aristides Lima diz haver da administração da AN a preocupação de "fazer coincidir o mesmo diploma com a data do cabeçalho do BO em que vem publicado. O que acontece é que, às vezes, o BO sai no dia estipulado, outras não. Também acontece que, às vezes, o BO sai numa hora e vindas sem resultados dos nossos funcionários, há o hábito de quando o BO fica pronto a IN avisar os nossos serviços, que o mandam buscar".

De qualquer forma, como se explica que um BO dado à estampa no dia 9 de Maio apenas tenha chegado ao parlamento 11 dias depois, quando outras entidades receberam antes o mesmo BO? Aristides Lima: "Já mandei averiguar o que se passou para apurar as responsabilidades. Não se compreende que se tenha distribuído um BO com leis da AN e, havendo a questão do depósito legal, a IN não o manda para a AN".

O presidente da AN desculpa-se, entretanto, com o aspecto inédito de toda esta situação, mas que também é um sinal de como o Estado e as suas instituições ainda funcionam em Cabo Verde, volvidos que são 30 anos da independência. "Nós vamos ter que tirar as lições disto tudo e tomar uma posição que seja consentânea com o interesse público, para salvaguardar o princípio da confiança do cidadão nas suas instituições", autopenitencia-se Aristides Lima.

# Chefe de Estado indulta crimes de sangue

**Um artigo de A Semana, publicado em Dezembro do ano passado, 'tocou' de tal modo o presidente Pedro Piros, que o levou a interessar-se pela vida de três cidadãos, condenados por morte (involuntária e accidental) de outros cidadãos. E, por isso, no âmbito das comemorações do 5 de Julho, o chefe de Estado vai indultar dois deles. Outros indultos se seguirão, entretanto, até Dezembro.**

São três histórias em que o azar e a revolta repentina andaram de mãos dadas, acabando por ditar a morte de uns e a condenação de outros. A edição de **A Semana**, de 10 de Dezembro do ano passado, nº 691, relata a história de "Mário", "Jorge" e "Carlos", aparentemente pessoas pacatas, que, cansadas de serem agredidas e humilhadas, um dia disseram basta, recorrendo à primeira arma que tinham à mão contra os seus supostos agressores. Disso resultou a morte (involuntária) dos seus contendedores. Julgados e condenados, todos cumprem, ainda hoje, pena na Cadeia da Ribeirinha, em S. Vicente.

A reportagem, da autoria de Kim-Zé Brito, acabou por merecer a atenção do chefe de Estado, que decidiu, no âmbito das suas competências, e ouvidas as entidades com-

petentes, indultar dois desses três cidadãos. De acordo com uma fonte do Palácio do Plateau, o decreto presidencial nesse sentido encontra-se em preparação e será anunciado dentro de poucos dias.

Esta iniciativa do chefe de Estado, de acordo com a mesma fonte, enquadra-se nas comemorações dos 30 anos da independência nacional, um ano em que outros indultos deverão acontecer. "Ao todo são três decretos que vão acontecer ao longo do segundo semestre. Um, agora por ocasião do 5 de Julho, e os outros dois até o final deste ano", diz a nossa fonte. Para isso estão já em curso as análises de vários processos de cidadãos presos em São Martinho (Santiago) e Ribeirinha (São Vicente).

No caso dos dois cidadãos de

São Vicente ora contemplados com o indulto presidencial, **A Semana** sabe que os mesmos têm tido bom comportamento na prisão (o que apenas vem atestar o facto de o crime de que são acusados ter acontecido num dia de desespero), e já cumpriram metade da pena a que foram condenados.

A confirmar-se, este será o segundo indulto de Pedro Piros nestes quase cinco anos de mandato. Pois, em 2003, havia já indultado outros cidadãos por aparentemente se terem recuperado dos crimes de que foram condenados pela justiça.

Entre os critérios que levam o chefe de Estado a indultar cidadãos, segundo a fonte deste semanário, estão excluídos os homicídios voluntários, tráfico de droga, pedofilia, violação e abuso sexual de menores.



Sexta-feira, 17 de Junho de 2005

Actualidade

# Joel Barros acusado de favorecer amigos

Companheiros de partido e adversários políticos de Joel Barros, coordenador do Gabinete Técnico Intermunicipal, acusam-no de contratar amigos para fiscalizar as obras construídas no âmbito da vertente PSGD do programa da luta contra a pobreza. Esse assunto foi discutido no conselho directivo da Associação dos Municípios de Santo Antão, mas Barros defendeu-se afirmando que nem sequer teve interferência directa na contratação dos fiscais.

Há algumas semanas que a alegada contratação de "amigos" de Joel Barros para fiscalizar projectos do PSGD, de que o GTI é dono de obra delegado em Santo Antão, tem originado discussões acaloradas no Porto Novo. Alguns companheiros de partido (MpD) de Barros consideram incorrecto o facto de ele "oferecer contratos com duração de um ano a técnicos amigos para fiscalizar obras, cujo prazo máximo de execução é de seis meses".

Além do mais, dizem os censores do coordenador do GTI, "o volume de construções não justifica que se esteja a pagar a cada fiscal um valor bruto que ronda os 60 mil escudos mensais". E essas críticas recaem particularmente sobre a contratação do topógrafo Pedro Spencer, amigo de infância de Barros, que hoje inspeciona um "número insignifi-

cante" de obras no Porto Novo.

Diante das várias versões apresentadas, o assunto foi levado à mesa do conselho directivo da Associação dos Municípios de Santo Antão, que superintende o GTI, para que fosse clarificado. Não se conhece em pormenor o resultado dessa discussão; todavia, em conversa com **A Semana**, Barros fez saber que o GTI agiu em conformidade com o manual de procedimentos da vertente PSGD, do programa da luta contra a pobreza.

O coordenador daquele gabinete esclarece, com efeito, que os fiscais são pagos com verbas previstas naquele programa direccionado aos grupos desfavorecidos e financiado pelo Banco Mundial. "Tudo foi feito de forma muito clara e nem tive interferência directa no processo. Quem contactou e fez o contrato com as pessoas referidas - que são quadros habilitados - foi uma técnica do GTI". Por outro lado, "a contratação de fiscais está prevista no manual e nenhum centavo sai do cofre do GTI, enquanto dono de obra delegado", de acordo com as palavras de Barros.

Quanto à duração do acordo, Barros admite que se assinou um contrato para um ano de prestação de serviço já pensando num possível atraso nos períodos de execução, mas reitera que os prazos serão rediscutidos com os fiscais.

JAM

## ISUZU D-MAX

A ELEGÂNCIA E A TECNOLOGIA JAPONESA AO SERVIÇO DO MERCADO CABOVERDEANO




Hard Worker



2WD Regular Cab standard

CONFORTÁVEL - ROBUSTO - VERSÁTIL - FIÁVEL **ISUZU**

**ALUCAR** CONTACTAR

Av. Manuel Matos S. Vicente 2 32 12 96 / 9 91 78 36  
Chã de Areia - Praia 2 61 45 20 / 9 91 66 59

## Chefe de Esquadra demitido

O sub-comissário Alberto Mendes foi demitido do cargo de chefe da Esquadra da Boa Vista, por alegado envolvimento com uma menor de 15 anos na ilha das dunas. A POP vai ainda abrir um inquérito para apurar a veracidade de outras queixas relativas ao comportamento daquele oficial.

O comandante-geral da POP, Augusto Pinheiro, deu por finda a comissão de serviço do sub-comissário Alberto Mendes no comando da Esquadra policial da Boa Vista. O mesmo despacho que demite esse oficial, nomeia para o seu lugar o chefe de Esquadra, Pedro Fonseca, que vinha assumindo o comando policial em Achada Santo António, Praia.

Na origem da demissão de Alberto Mendes estará um suposto envolvimento daquele oficial da POP com uma menor de 15 anos na Boa Vista. O caso remonta a uns meses atrás, mas foi tornado público há cerca de duas semanas, quando uma irmã da menor denunciou este suposto crime nas antenas da rádio, depois de intentar uma acção judicial contra Alberto Mendes no tribunal da vila de Sal-Rei.

Com o processo-crime em fase de instrução preparatória na Procuradoria da Boa Vista, vem agora o CG da POP dar por finda a comissão de serviço de Alberto Mendes enquanto chefe da Esquadra da Polícia na ilha das dunas - onde se encontrava há mais de três anos - transferindo-o para Praia, onde se encontra de férias e à espera de nova colocação.

Para emitir este despacho, a POP baseou-se em "indícios de incompetência" e comportamentos "que afectam a imagem da corporação". Aliás, de acordo com as nossas fontes, esta não é a primeira vez que chega ao conhecimento do comando-geral rumores de alegados envolvimento do sub-comissário com menores.

"Há também denúncias de produtos de furto apreendidos pela POP que desapareceram misteriosamente da esquadra, desvio de materiais de construção fornecidos para o melhoramento da esquadra da Boa Vista, entre outras irregularidades. E tudo leva a crer que o sub-comissário não tem ficha limpa, pois antes foi tirado da Esquadra de Santa Cruz com um processo disciplinar às costas, por uso irregular do veículo da polícia e mau relacionamento com o pessoal", conta uma fonte policial.

O comandante-geral da POP diz desconhecer essas denúncias, mas vai avançando que a polícia "vai abrir um processo de inquérito ao chefe de Esquadra Alberto Mendes para investigar não só esse suposto envolvimento com uma menor como também averiguar outros eventuais casos existentes e supostamente praticados pelo oficial em causa". Depois disso, e dependendo do resultado do inquérito, "vai-lhe ser levantado um processo disciplinar", assegura Pinheiro.

As tentativas de **A Semana** em chegar à fala com o visado resultaram-se sempre infrutíferas. Deixamos mensagens no seu telemóvel (9924369), mas até à hora do fecho desta edição não obtivemos qualquer *feedback* do sub-comissário Alberto Mendes.

## NOVO ESTATUTO

**Já está publicado o novo Estatuto da Polícia de Ordem Pública. Entre as muitas alterações, o decreto-lei restringe as opções para o cargo de comandante-geral da POP, que a partir de agora será escolhido entre os superintendentes da instituição e civis licenciados que tenham, pelo menos, cinco anos de experiência. O problema, segundo os polícias, é que a corporação dispõe neste momento de apenas dois superintendentes, e a próxima graduação a esse posto só acontecerá daqui a dez anos. As contestações ao novo diploma não ficam por aqui...**

Por: **Hermínio Silves**



# Clivagens na POP

O novo Estatuto da Polícia de Ordem Pública, recentemente aprovado pelo Conselho de Ministros, já está publicado no Boletim Oficial. Há muito reivindicado e aguardado pela classe policial, o decreto, de 6 de Junho, altera 24 artigos e introduz quatro novos pontos. Só que, ao que tudo indica, longe de satisfazer os interesses dos policiais, as alterações ora introduzidas levantam muitas contestações e críticas quanto à forma como o documento foi elaborado, daí alguns oficiais considerarem que "as inovações pretendidas para a polícia não passam de uma miragem".

Com efeito, são vários os pontos reclamados pela classe policial. A começar pelos requisitos para a nomeação do comandante-geral da POP que o novo Estatuto restringe em larga medida. Ou seja, a partir de agora o chefe máximo da Polícia de Ordem Pública só poderá ser escolhido de entre os superintendentes ou recrutado no seio de civis licenciados com pelo menos cinco anos de experiência, excluindo desse leque os oficiais superiores da POP e os oficiais das Forças Armadas.

O problema, na óptica dos policiais contactados por **A Semana**, é que a instituição dispõe neste momento de apenas dois superintendentes - o actual comandante adjunto, Carlos Graça, e João Santos, agora assessor do ministro da Administração Interna - e os potenciais candidatos a esse posto terão de esperar, no mínimo, até 2012 para lá chegarem. "A POP tem um único intendente, que, por sinal, é uma mulher, Eugénia Oliveira, actual directora de gabinete do presidente da Assembleia Nacional. E, partindo do princípio que ela não tem formação policial, é carta fora do baralho. Assim, restam dentro da POP os cinco subintendentes existentes, que, também, estão excluídos de chegar a comandante-geral já que foram promovidos o ano passado e terão de permanecer nesse posto pelo menos quatro anos, antes de serem promovidos a intendentes. Estando aqui, esperarão mais quatro anos até sair a promoção para superintendente, ou seja, só daqui a nove/dez anos", explica um oficial da POP, para quem a proposta dos polícias, apresentada inclusive ao ministro da Administração Interna, era de que o comandante-geral seria

nomeado de entre os oficiais superiores da POP e civis licenciados "com reconhecida idoneidade".

"Esta proposta abriria o leque de opções para o comando da polícia", avança um outro policial que diz não entender por que razão "um civil, desde que licenciado e com pelo menos cinco anos de serviço, pode ser nomeado comandante-geral, enquanto um oficial superior da POP também licenciado e com igual ou mais anos de experiência não pode ser indigitado para aquele cargo, apenas por não ter atingido o posto de superintendente. Isto é caricato".

As contestações atingem também as reformas introduzidas nas classes inferiores, cuja promoção na carreira será feita agora mediante concurso. Por exemplo, a promoção a subintendente está limitada a comissários licenciados com pelo menos quatro anos nesse posto. Embora muitos concordem com esta medida, a verdade é que alguns polícias contactados por **A Semana** discordam do método de concurso para a promoção dos oficiais. "Ao excluir o curso para a promoção dos oficiais, o Conselho de Ministros hipotecou o futuro da instituição, contribuindo para a sua não modernização e valorizando o demérito. E isto contradiz, até, o disposto no preâmbulo do próprio decreto que fala em mérito para a progressão na carreira", refere um policial de alta patente que indica ainda um outro ponto contraditório: "Ao mesmo tempo que o decreto fala em licenciatura e concurso, permite a subida dos actuais comissários (apenas Emanuel Spencer e Manuel Alves são licenciados), que ficam de fora desse mecanismo. Com essa medida discriminatória, o Conselho de Ministros beneficiou ilegítimamente todos os 23 comissários da POP e prejudicou os sub-comissários, chefes de Esquadra e potenciais candidatos a oficial. Isso leva-nos a acreditar haver situações menos transparentes e que podem configurar manobras de favorecimento de alguns em detrimento de outros".

Além das promoções e progressões na carreira, os polícias reclamam ainda a "falta de consideração da tutela" ao ignorar muitas propostas de alteração formuladas pela classe. Numa exposição posta a circular no seio da POP, e que **A Semana** teve acesso, o

sub-comissário Elísio Vieira Mendes lembra que o governo não aceitou uma proposta dos policiais que fixa o limite de pré-aposentação em 30 anos, estabelecendo como tempo máximo 34 anos. "Ora, pensamos que 34 anos de serviço deveria ser o limite máximo de passagem à aposentação e não à pré-aposentação (...) à semelhança dos professores", lê-se no documento que ressalva que as alterações introduzidas no Estatuto da Polícia "não satisfazem de maneira nenhuma os anseios da classe".

Uma posição de que o comandante-geral da POP discorda por completo. Segundo Augusto Pinheiro, "o novo Estatuto satisfaz, claramente, os interesses e anseios dos policiais". Em declarações a este jornal, o chefe máximo da POP considera que as alterações "são boas e oportunas". "O novo Estatuto vem introduzir um elemento novo na progressão dos oficiais, que é o concurso", afirma Pinheiro, refutando assim as críticas de que esse mecanismo não promove o mérito. "Há mérito, sim, porque haverá com isso igualdade de tratamento. Não havia mérito antes, quando uma pessoa com curso se achava no direito de ser promovido sem mais nem menos. Penso eu que o concurso virá 'desempatar', quando surgirem oficiais com cursos idênticos".

Augusto Pinheiro recusa também as críticas quanto às "reduzidas opções" para o cargo de CG. "Não há restrição nenhuma, quando muito o decreto recoloca o cargo de comandante-geral nas personalidades que podem, de facto, desempenhar essa função", afirma aquele responsável antes de concluir: "O anterior estatuto trazia a possibilidade de oficiais superiores da polícia serem nomeados para o cargo de CG. Mas isso acabou por criar uma certa indisciplina interna na POP, pelo que tivemos que excluir essa opção".

Mais flexível, o ministro da Administração Interna entende que um documento como o Estatuto da POP não é um produto inacabado. "O Estatuto está sujeito a análise e melhorias. E o governo está aberto a receber propostas para esse efeito", afirmou Júlio Correia, para quem o documento, assim como está, "servirá, seguramente, para melhorar a POP nesta etapa da sua vida".

# PCD numa situação complexa

**As estruturas concelhias do Partido da Convergência Democrática vão reunir-se, até finais deste mês, em conferência para debater o futuro da organização, que deverá ser decidido no IV Congresso do PCD, previsto para acontecer em Outubro deste ano. É que o PCD se encontra numa situação complexa, por causa da desmotivação generalizada dos seus membros, segundo afirma Lino Pinto Monteiro, o novo líder interino do partido.**

Os membros da formação laranja estão a jogar aquilo que poderá vir a ser a última cartada sobre o futuro do partido fundado por Eurico Monteiro. Lino Pinto Monteiro, que substituiu João de Deus Carvalho Santos na chefia do PCD, avança que, até finais deste mês, as estruturas de Santiago, Fogo, Maio, Sal e S. Vicente, ilhas onde existe maior número de membros, vão estar reunidas para debater o futuro da organização e eleger os delegados ao seu IV Congresso previsto para Outubro deste ano.

Monteiro salienta que caberá a este órgão decidir sobre a continuidade ou não do partido, que se encontra numa situação difícil. "O PCD encontra-se numa situação complexa, por causa da desmo-

tivação dos seus membros, incluindo muitos dos seus dirigentes nacionais, que alegam indisponibilidade para participar nas actividades e assumir responsabilidades, por razões profissionais e familiares. Isto sem contar com as dificuldades financeiras".

Aquele dirigente adverte que o futuro do Partido da Convergência Democrática está agora nas mãos dos seus militantes, que vão ter que se posicionar sobre o assunto durante as conferências concelhias e de secção previstas para este mês. "O futuro do PCD está nas mãos dos seus militantes, que devem auto-mobilizar-se para o trabalho partidário e participar na vida política nacional. Caso contrário, o PCD pode acabar",

avisa o entrevistado de A Semana.

O novo líder interino da formação laranja fez, no entanto, questão de realçar que existe um número considerável de dirigentes e militantes que estão empenhados em dinamizar a organização. Pinto Monteiro elucida que a Comissão Preparatória do Congresso, a que preside, já criou vários grupos de trabalho, como sejam os de apoio, finanças, propaganda-relações públicas e mobilização, que vêm articulando com as suas congéneres nos vários concelhos, para uma acção descentralizada do partido a nível nacional.

Pinto Monteiro admite existir um espaço político que pode ser ocupado pelo PCD. "O problema é saber que discurso o PCD terá que produzir, face à bipola-

rização política existente em Cabo Verde, o qual deve ser diferente dos que o MpD e o PAICV veiculam. Temos que ter um discurso mobilizador".

Este aspecto e o posicionamento das bases a ser tomado durante as conferências deste mês de Junho serão, conforme esse responsável, debatidos depois em duas reuniões do Conselho Nacional a serem realizadas antes do IV Congresso, previsto para Outubro deste ano. "Se este órgão decidir pela continuidade do PCD, vamos ter que aprovar os cabeças-de-lista para todos os círculos eleitorais onde o partido irá concorrer nas legislativas de 2006", considera o novo timoneiro da formação fundada por Eurico Monteiro.

Alírio Dias de Pina

Sexta-feira, 17 de Junho de 2005

Actualidade

**CSA Cabo Verde Shipping Agency, Lda.**

**De porto em porto até si.**

Portos	Monte Verde Voy 22.514	REMO II Voy 22.515	REMO II Voy 22.516	EASTSTAR Voy 22.517	REMO II Voy 22.518	EASTSTAR Voy 22.519	REMO II Voy 22.520
Rotterdam	(a)	a)	a)	a)	a)	a)	a)
Rouen	(a)	a)	a)	a)	a)	a)	a)
Lisboa	---	---	---	---	---	---	---
Leixões	9 Mai	14 Mai	30 Mai	4 Jun	16 Jun	24 / 25 Jun	4 Jul
Lisboa	10 / 12 Mai	16 / 18 Mai	30 Mai	6 Jun	17 Jun	27 Jun	5 Jul
Las Palmas	15 Mai	---	---	---	19 Jun	---	8 Jul
S. Vicente	18 Mai	25 Mai	6 Jun	11 Jun	22 / 23 Jun	02 / 03 Jul	11 Jul
Sal	(*) 18 Mai	25 Mai	6 Jun	12 Jun	24 Jun	2 Jun	12 Jun
Praia	19 / 23 Mai	23 / 24 Mai	07 / 08 Jun	12 / 13 Jun	24 / 25 Jun	04 / 05 Jul	12 / 13 Jul
Bissau	25 / 26 Mai	---	10 / 11 Jun	15 / 16 Jun	27 / 28 Jun	07 / 08 Jul	---
Praia/Mindelo	---	---	---	---	---	---	---
Lisboa	3 Jun	---	---	---	---	---	---
Leixões	---	29 Mai	16 Jun	23 Jun	3 Jul	14 Jul	18 Jul

Obs.: (a) O transporte até Leixões será efectuado pelo serviço da OPDR ou Portlink.

Santiago - Praia  
Rua Visconde S. Januário n°12  
Caixa Postal 501 - Praia

S. Vicente - Mindelo  
Rua Angola - Prédio Miguel  
Coronel RJC - Mindelo

Sal - Espargos  
Rua Jorge Barbosa - Ed. Central  
2º Andar - Espargos

João Nunes  
Tel: +238 2 611179  
Fax: +238 2 611198  
E-Mail: csa.com@cvtelecom.cv

Lucas Monteiro  
Tel: +238 2 322750  
Fax: +238 2 322751  
E-Mail: csa.vxe@cvtelecom.cv

Madalena Silva  
Tel: +238 2 413266  
Fax: +238 2 413566  
E-Mail: csa.sal@cvtelecom.cv

Agentes em Cabo Verde de:



STORKSHIP

# Grávidas “desaparecem

Os cabo-verdianos elegeram o preservativo como o método mais seguro de prevenção contra a Sida e o índice de gravidez na adolescência continua a cavalgar n

O uso do preservativo está a ganhar preferência entre os casais cabo-verdianos, não só como método de prevenção à gravidez indesejada e,

mas também como arma de combate às doenças sexualmente transmissíveis. Os serviços da Saúde Reprodutiva aumentaram a média de oferta das camisinhas em Cabo Verde, sinal que, na opinião de alguns médicos, denota o receio crescente das pessoas no tocante ao vírus da Sida. Por tabela, depreende-se que o recurso ao preservativo durante as relações sexuais tem funcionando como travão à propagação do HIV e surtido o seu efeito na taxa bruta de natalidade, que tende a regredir no arquipélago. Basta referir que a média do número de indivíduos nos agregados familiares baixou para cinco, entre 1990 e o ano 2000.

A adesão aos preservativos alcançou tamanha proporção nos últimos tempos, que fez disparar o número oferecido pelos Centros de Saúde Reprodutiva, em todos os concelhos do país, e pela CCS-Sida. Segundo dados fornecidos pela Delegacia de Saúde de S. Vicente, só nesta foram distribuídos mais de quarenta e seis mil preservativos o ano passado. Este número supera em quatro vezes a quantidade desses produtos consumidos em 2000. E, esse número exclui os dados referentes à comercialização feita pelas farmácias e postos de combustíveis, espalhados pela ilha do Porto Grande.

A mesma tendência está a ser constatada no Concelho do Porto Novo, onde a corrida aos preservativos tem estado a acelerar o ritmo. As camisinhas andam a “voar” dos stocks, a uma média de três mil unidades por mês. Os principais “receptores”, segundo dados recolhidos por este semanário, são os jovens sexualmente activos.

Contudo, o crescente índice da gravidez na adolescência continua a suscitar apreensão ao delegado de Saúde desse município de Santo Antão. “O número de camisinhas distribuídas e a quantidade de jovens grávidas são incompatíveis. Por isso pergunto qual tem sido a utilização desses materiais?”, questiona o médico Daniel Monteiro, para quem a média do número de filhos tem estado a regredir nos casais adultos mas, em compensação, as jovens estão a “equilibrar essa balança”, engravidando mais vezes e em pouco tempo, no Porto Novo. O certo, porém, é que a taxa de prevalência do vírus da Sida é baixa nesse Concelho, quando comparada com os centros urbanos do país, segundo Monteiro.

No espaço de apenas um ano e meio, a média mensal de camisinhas distribuídas no Sal duplicou. A ilha “consome” actualmente cerca de quatro mil preservativos todos os meses quando, no ano 2000 a cifra atingia metade desse valor. “Devemos frisar, entretanto, que essa média aumenta em determinados períodos do ano, nomeadamente por altura do festival de Santa Maria, S. Silvestre e o Carnaval”, explica a médica Carla

Andrade, delegada de Saúde no Sal.

Em termos globais, o número de gravidezes continua também em alta na ilha do aeroporto, oscilando entre quatrocentos e quinhentos casos anuais. E, para Carla Andrade, algo não anda a bater certo, tendo em conta, também, a quantidade de preservativos distribuídos.

“É provável que haja um enorme desperdício de preservativos ou o seu uso indevido. No meu caso, utilizo várias camisinhas numa única relação sexual. Costumo ter um stock bem fornecido”, afirma Reginaldo Monteiro, 24 anos, um “Dom Juan” assumido, mas que não desperdiça a presença da camisinha no seu carro. Sem esse “companheiro” nada feito, pois Monteiro é daqueles que prefere jogar pelo seguro.

A oferta crescente da camisinha pode ser um sinal de que as pessoas reconhecem a sua utilidade, contudo, segundo Maria de Carvalho, os cabo-verdianos precisam encetar uma mudança comportamental e usar a protecção no momento certo. “Ora, se continuamos a registar casos de gravidezes indesejadas isso significa que há pessoas que não andam a usar os preservativos ou, então, fazem um mau uso desse material”, analisa a responsável do Centro de Saúde Reprodutiva da cidade da Praia.

Segundo Carvalho, a grande distribuição do preservativo visa essencialmente combater as doenças sexualmente transmissíveis, embora esse material possa servir também como método contraceptivo. “Defendo que a oferta deva ser acompanhada de determinados conselhos, visando a mudança dos comportamentos de risco. O facto das pessoas procurarem a camisinha não implica que estejam a fazer um uso frequente”, defende a médica, alerta para o facto de a gravidez na adolescência poder trazer consequências graves para o bebé, a mãe e ter reflexos na dinâmica produtiva do país. Por isso, na sua opinião, ela deve ser evitada.

## LIBERALIZAR O PRESERVATIVO

Determinados factores estarão a contribuir para o surgimento de uma relação mais “liberal” com o preservativo, no seio das famílias cabo-verdianas. Entre eles destaca-se o receio das pessoas contraírem o vírus da Sida e condenar assim as suas vidas. Mas também, as estruturas de Saúde readaptaram os seus canais de atendimento público e intensificaram, as campanhas de informação e de prevenção sobre o HIV.

Neste ângulo de acção, basta referir o papel da CCS-Sida, uma das principais entidades direccionadas para o combate à epidemia da Sida, em Cabo Verde. Esta organização



tem desenvolvido campanhas informativas e formativas nesse domínio e, surge como uma das principais fontes de distribuição de preservativos.

Segundo Artur Correia, a CCS-Sida importou dois milhões de camisinhas o ano passado. Este número passou para três milhões, em Fevereiro do corrente ano. Até Abril deste ano, esse organismo distribuiu 831.228 camisinhas, sendo que 358.560 foram destinadas à zona de Barlavento e 463.668 para a região de Sotavento.

“Foi quebrado o monopólio do Ministério da Saúde na distribuição dos preservativos. Há outros organismos envolvidos nessa questão, como os comités municipais, as associações comunitárias, os centros de aconselhamento juvenil...”, lembra Artur Correia, cujas informações relativas ao impacto da camisinha no combate ao HIV apontam para um desempenho satisfatório. Porém, realça Correia, a batalha prossegue.

A política da CCS-Sida é aumentar ainda mais o acesso dos cabo-verdianos aos preservativos masculinos. A distribuição, segun-

do explica, tem duas perspectivas: combater as infecções sexualmente transmissíveis e actuar no binómio saúde reprodutiva - planeamento familiar. Até este momento, os ganhos obtidos no controlo ao HVI justificam o investimento financeiro e humano dispendido em Cabo Verde, segundo Correia. Aliás, o Inquérito Demográfico e de Saúde Reprodutiva, realizado em 1998, concluiu que 60% dos homens costumava usar a camisinha nas relações ocasionais, enquanto que, nas mulheres, a percentagem subia nove pontos.

Um estudo parcial efectuado em 2004, e que teve como população alvo as instituições uniformizadas - caso da POP e das Forças Armadas - forneceu dados mais animadores, nomeadamente o facto da taxa de utilização da camisinha ter aumentado para 64%, entre os homens. Paralelamente, o estudo abordou as vendedeiras nos mercados municipais e descobriu que 81 por cento dessas mulheres confessou usar a camisinha com frequência. Mediante estes valores, Artur Correia defende que quaisquer conclusões relativas ao índice da gravidez na adolescência devem ser

## PARA VIVER UMA GRAVIDEZ E UM PARTO

# ... do panorama escolar

**Sida e a gravidez indesejada. As camisinhas andam a ser "consumidas" a um ritmo alucinante mas, nas ilhas. Isto quando, a taxa de natalidade tende a regredir.**

Por: Kim-Zé Brito



diversos estabelecimentos de ensino revela que as alunas grávidas estão a optar pela anulação das matrículas, ao abrigo da medida de suspensão temporária decretada por Victor Borges, enquanto ministro da Educação. A decisão continua a vigorar e, deste modo, as futuras mães garantem o direito de regressar às aulas, sem a perda do ano lectivo.

*"Acho que as pessoas acabaram por entender o alcance dessa medida. No início, houve muita polémica porque as pessoas não tiveram a preocupação de analisar friamente o objectivo dessa decisão. Os resultados estão agora a ser colhidos"*, diz um professor colocado na ilha do Fogo, cuja opinião coincide com os responsáveis das escolas secundárias da ilha de S. Vicente e do interior de Santiago.

A escola Pedro Gomes na Praia, por exemplo, deparava com um cenário composto por várias estudantes grávidas. Para Adriano Moreno, director do estabelecimento, o impacto dessa imagem era incomodativo e preocupante. Graças à implementação da dita medida, segundo a sua apreciação, o quadro mudou radicalmente de figura nessa escola da capital.

*"Devo reconhecer que, sem essa medida, hoje estaria com o meu futuro hipotecado. Fiquei grávida a meio do ano lectivo e sempre pensei em anular a matrícula. Se fosse numa outra altura, ficaria sem direito ao ensino público. Como poderia arranjar dinheiro para sustentar o meu filho e estudar numa escola privada?"*, reconhece Raquel Soares, mãe de um menino, e cujo tempo encontra-se dividido entre a criança e a escola. Apesar de viver na casa dos pais, Raquel é obrigada a dar a devida atenção ao filho. Segundo as suas palavras, está a passar por uma fase penosa, pelo facto de ser mãe muito jovem. Mesmo assim, ela consta entre as alunas-mães que conseguiram aproveitamento escolar.

Em quase todas as escolas, as alunas grávidas desapareceram do panorama. No entanto, algumas pessoas acreditam que possam haver casos isolados de raparigas que andam a esconder a gravidez para poderem prosseguir os estudos.

Antes da medida emanada pelo Ministério da Educação, era *"natural"* ver várias estudantes desfilando a sua gravidez durante os intervalos, segundo Hermes Silva. *"Essa medida visou proteger a criança e a mãe, em primeiro lugar, e moralizar a escola, em segundo lugar. Creio que a situação actual comprova a sua utilidade"*, afirma o director do liceu Augusto Pinto, clarificando que a determinação só abrange as alunas exactamente porque tem em vista proteger a saúde do bebé e nunca punir as mulheres e os homens que decidiram ter um filho.

Um dos pontos criticados pelos oposito-

res à medida de suspensão temporária alegava o aspecto supostamente discriminatório da mesma. Algumas vezes chegaram mesmo a defendera então que, se as alunas são suspensas das aulas, os rapazes também deveriam ser abrangidos.

Na escola Técnica do Mindelo, por exemplo, dois rapazes tiveram uma postura que surpreendeu a directora desse estabelecimento. Segundo Marina Ramos, solicitaram a anulação da matrícula quando souberam que iam ser pais. Ambos alegaram a necessidade de passarem a trabalhar para poderem sustentar os filhos. *"Tentei persuadi-los a não abandonarem a escola, mas estavam determinados. Revelaram um sentido de responsabilidade fora do comum, um sinal de que estavam dispostos a apoiar as suas namoradas nessa fase de gestação e no futuro"*, conta Marina Ramos. Apenas um dos alunos regressou às aulas, este ano.

As jovens alunas continuam a *"procurar"* a gravidez indesejada. E quando isso acontece, munem-se de um atestado médico e procuram a secretaria das escolas, algumas vezes acompanhadas dos encarregados de educação. Há também aqueles que engravidam durante as férias, vendo-se assim obrigadas a anular a matrícula já no início do ano.

Por aquilo que Aldeleme Évora constatou, os casos de gravidezes detectados no liceu Ludgero Lima tendem a evidenciar-se nas alunas oriundas de famílias numerosas e pobres. As estatísticas revelam ainda que os rendimentos dos seus agregados familiares são baixos e que as alunas moram maioritariamente nas zonas periféricas da cidade do Mindelo. *"Acredito, no entanto, que a medida veio moralizar a escola, que não é um espaço apropriado para o desenvolvimento salutar de uma gravidez"*, garante Évora, para quem as alunas encontram-se neste momento informadas sobre os procedimentos que devem seguir quando ficam grávidas.

Um dos factores que estará por detrás da elevada taxa de gravidez na adolescência poderá ser o mau uso da camisinha. Um caso ilustrativo aconteceu com um casal de estudantes, que cometeu o erro de manter relações sexuais com um preservativo fora do prazo de validade. *"Estávamos 'brigados' havia algum tempo. De repente ela apareceu na minha casa e acabámos por fazer amor. Na pressa, não notei que o preservativo estava roto"*, conta o rapaz, que quer resolver o problema o quanto antes. E, na sua perspectiva, a solução *"mais viável"* passa pelo aborto. *"Não temos condições para manter uma criança. Além disso, eu não quero ser pai nesta idade"*, desabafa.

Caso o casal venha a optar pelo nascimento do bebé, a gravidez da moça poderá passar despercebida na sua escola, pelo menos este ano lectivo, que está prestes a finalizar. O certo é que a moça acabará por apurar de surpresa algumas colegas de turma, quando, um dia, surgir do *"nada"* com um filho nos braços. *"Tão querido, quem é o pai?"*, vão perguntar e, certamente, algumas delas vão levar a mão ao queixo...

tiradas com bases científicas.

*"A Sida veio quebrar um velho tabu entre pais e filhos, que é o tema sexo. Os pais viram-se obrigados a abordar o assunto de forma aberta com os filhos, visando evitar um mal maior que é a contaminação pelo vírus HIV"*, entende José Aguiar, sublinhando que o nível de atendimento no Centro de Saúde Reprodutiva registou uma melhoria acentuada, em S. Vicente. Segundo as palavras do delegado de saúde de São Vicente, existem actualmente dois blocos de atendimento às grávidas na ilha, e um deles está destinado apenas às adolescentes.

*"Elas sabem que podem contar com um atendimento personalizado e competente. Com essa separação das águas, as adolescentes perderam também esse medo de encontrarem nos corredores uma vizinha, quando ainda não estão preparadas para divulgar o seu estado de gravidez"*, explica Aguiar, que alerta para o fenómeno de adesão aos preservativos, eleitos pela juventude e outras faixas etárias, como um dos métodos preferenciais da contracepção e do combate às doenças venéreas. Ho-

mens e mulheres suplantaram a vergonha e, segundo Aguiar, procuram os serviços de planeamento com maior assiduidade.

Mais de 17 mil pessoas, de ambos os sexos, passaram pelas estruturas do ex-PMI na cidade do Mindelo, em 2004, e, desse grupo, 765 foram pedir camisinhas pela primeira vez. Apesar desse sucesso estrondoso do preservativo, o índice de grávidas adolescentes continua *"muito alto"* e a preocupar os médicos, por a considerarem uma gestação de risco. Apesar disso, a chamada mortalidade materna - que vai até quarenta e cinco dias após o parto - é considerada nula, na ilha do Porto Grande.

## ESCOLAS SEM ALUNAS GRÁVIDAS

Mesmo com as camisinhas disponíveis, as moças continuam a engravidar a um ritmo assustador, na perspectiva da classe médica. Mas o certo é que a prevalência de alunas grávidas nas escolas secundárias baixou drasticamente, em Cabo Verde. Uma ronda por

**TO COM SAÚDE... FAÇA O TESTE DE VIH**

Sexta-feira, 17 de Junho de 2005

Correio das ilhas

No âmbito do projecto Região Sanitária Santiago Norte (RSSN), o Ministério da Saúde destacou, na semana passada, mais 14 enfermeiros para integrar os centros e postos de saúde dos três concelhos inseridos no projecto - São Miguel, Santa Catarina e Tarrafal. Mas a distribuição desses técnicos de saúde pelos respectivos concelhos está a gerar polémica, especificamente no Tarrafal onde, ao "invés de beneficiar de mais enfermeiros, a situação piorou". Em defesa, a directora-geral do GEPC do Ministério de Saúde, Margarida Cardoso, garante que "já está quase tudo pronto para a colocação de mais quatro enfermeiros naquele concelho".



## Mais 14 enfermeiros para Santiago Norte

Enquanto São Miguel já dispõe de mais quatro enfermeiras e Santa Catarina mais seis, Tarrafal "está a passar por uma situação difícil por falta de enfermeiros", denunciam os utentes daquele concelho.

Confrontado com esta informação o delegado de Saúde do Tarrafal, Júlio Rodrigues, explica que a delegacia dispunha de sete enfermeiros, mas com a saída de quatro para formação, em São Vicente, neste momento apenas dispõe de três enfermeiros. Ao mesmo tempo que admite esse número insuficiente para responder às necessidades dos utentes do concelho, aquele delegado diz que já tem garantias de que vão chegar mais dois enfermeiros, só que não sabe quando. Por isso, dadas as

pressões cada vez mais constantes por parte dos utentes que reclamam a falta de enfermeiros, Rodrigues apela aos responsáveis de saúde para tomarem medidas o mais rapidamente possível, para resolver a situação.

Contactada também por **A Semana** a este respeito, Margarida Cardoso, explica que está a registar um ligeiro atraso na colocação dos enfermeiros no Tarrafal devido à "grande movimentação existente no seio da classe, com a saída dos antigos enfermeiros para Formação em Enfermagem e Obstétrica, em São Vicente, e a entrada dos novos enfermeiros. Mas temos a situação controlada, Tarrafal vai ser em breve compensado com os quatro enfermeiros que saíram". A directora-geral

do GEPC faz questão de salvaguardar que "tudo está a ser feito para resolver este problema de atraso".

Entretanto, enquanto Tarrafal fica a aguardar a chegada de novos enfermeiros, vai iniciar-se a partir do dia 20, em Assomada, uma formação para 20 novos enfermeiros para os Postos Sanitários. Segundo Margarida Cardoso, esta formação vai integrar não só os enfermeiros de Santiago Norte mas também os que vão para Barlavento. A mesma fonte afirma ainda que, à semelhança do que vai acontecer em Assomada, a partir da próxima semana, acontecerá também uma formação, na Ribeira Grande, em Santo Antão, para os enfermeiros a serem colocados no

Barlavento. O objectivo é, segundo aquela directora, "melhorar as competências dos enfermeiros no domínio da atenção primária de saúde".

A formação que conta com o financiamento do Estado de Cabo Verde e do Grão-Ducado do Luxemburgo (Projecto Região Sanitária Santiago Norte), terá seis módulos que irão ser ministrados durante sete semanas, tendo como formadores Médicos e Consultores.

Segundo o delegado de Saúde de Santa Catarina, Luís Sanches, de entre vários temas tratados estão a gestão dos medicamentos, sistema de informação sanitária, serviços nos Postos Sanitários, Integração no sistema de Saúde, entre outros. Aidé Carvalho

## Paixão "incendeia" Praia

**O tribunal da Praia libertou, no sábado, 11, mediante caução de mil contos, a médica Susana Querido, suspeita de atentar contra a vida da psicóloga Maria de Lurdes Firmino (Milú), grávida de seis meses, em residência desta. Susana Querido, que também apresenta algumas escoriações, foi solta pelo Tribunal da Praia mediante termo de identidade e residência, estando, entretanto, proibida de sair do país.**

No mesmo dia, à noite, amigos e parentes de Milú montavam vigília em frente ao Tribunal da Praia por discordarem da sentença do juiz Júlio Afonso, que consideraram demasiado branda para a agressão em causa. A vigília, justificam, é porque a justiça em Cabo Verde "está de luto". E falam em dois pesos, duas medidas.

Esta história chocou a cidade da Praia, não pelo facto em si, a já corriqueira "guerra de combossas", mas pela violência exercida contra uma mulher grávida de seis meses e, sobretudo, por a suposta agressora ser a filha de um conhecido deputado do PAICV, partido no poder. Daí a indignação se juntar desde logo a suspeição de que a justiça não seria feita, exactamente por Susana ser filha de quem é. Assim, enquanto um bom grupo de populares pedia castigo exemplar para quem agride uma mulher grávida em sua própria casa, uma fonte deste jornal comentaria que a tentativa de crucificar a médica Susana Querido, por razões políticas ligadas ao pai também era evidente. Daí o desatendimento quando o juiz Júlio Afonso a deixou sair em liberdade, mediante caução de mil contos.

Do outro lado, claramente minoritário, estavam os amigos de Susana que também não a desculpavam, mas queriam que ela pagasse pelo eventual crime. Estes não se cansavam de perguntar como uma menina "acertadinha", boa estudante e que se formou com distinção em medicina pôde cometer tão tresloucado acto. Para esses amigos algo poderá ter acontecido para alterar o comportamento desta jovem de 28

anos, por isso defendiam também que fosse julgada por ela e não pelo que o pai representa. "Ela é maior e vacinada", repetiam.

Tudo começou na noite de quinta-feira, por volta das 20 horas, no Palmarejo. Vasco Vieira, marido da Milú, conta que recebeu nesse dia uma chamada de Susana, sua antiga namorada, que lhe marcava um encontro. "Só que em vez de ela ir ao meu encontro dirigiu-se à minha casa com o pretexto de levar uma fatia do bolo de aniversário à minha mulher. Chegando em casa, a Milú ofereceu-lhe um copo de água e, quando ela se dirigia à cozinha para pegar o copo com água, a Susana começou a agredi-la com um martelo de bife".

Chamada a intervir por vizinhos que ouviram a gritaria no apartamento da Milú, a POP acabou por prender Susana em flagrante delito. Mais tarde as duas mulheres seriam conduzidas ao hospital apresentando Milú os maiores danos: ferida na cabeça (suturada com vários pontos), além de contusões e hematomas pelo corpo todo. Susana, também tem algumas escoriações e uma pequena ferida na testa.

Entretanto, posição contrária tem o pai de Susana, o deputado Jorge Querido, que ao falar à nossa reportagem no dia seguinte ao drama defendeu que a filha está a ser vítima de uma "armadilha" pois ela "limitou-se a defender-se dos ataques" da Milú. "Os policiais têm a minha filha sob pressão, chegando ao ponto de a arrancar do hospital, quando ela ainda estava a ser assistida pelos médicos. A polícia já tem a

sua versão e já decretaram a prisão sem mesmo ouvir", denuncia Querido, que falava em frente ao hospital onde se encontrava internada a filha, antes de esta ser presente ao tribunal.

O deputado diz que a filha se deslocou à casa de Milú para lhe levar um pedaço de bolo. "A senhora levou-a até à cozinha e ali começou a insultá-la aos berros chegando ao ponto de a agredir. A Susana limitou-se a defender", contrapõe Jorge Querido, que nega que o martelo de bife (arma do crime) tenha sido levada pela filha Susana, porque, diz, não é costume comerem carne em casa.

E assim, num Estado de Direito, espera-se agora pelo pronunciamento final dos tribunais que terão que determinar os culpados efectivos e os verdadeiros inocentes.

Por ora, o advogado da Milú, Eurico Monteiro, estranha a sentença do juiz, que deixou Susana em liberdade, por considerar que se trata de uma agressão violenta, "existindo elementos que evidenciam de forma clara uma maliciosa premeditação e um firme propósito de matar, não só pela arma do crime - o martelo - como o local atingido, a cabeça da vítima, e ainda o facto de a agressora ter estacionado o seu carro a 500 metros da casa da Milú, quando ali havia espaço suficiente".

Os constituintes de Susana, José Manuel Pinto Monteiro (cabra) e Arlindo Vicente Silva (Baco) não querem pronunciar sobre o caso, alegando segredo de justiça.



# Cabo Verde presente na conferência do exercício da Nato

Cabo Verde vai estar presente, através do Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas, na Steadfast Jaguar 6 - a conferência inicial que vai planear o Exercício da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO). O evento terá lugar até ao fim deste mês, na Holanda, e enquadra-se na preparação do exercício da Força de Intervenção Rápida da Nato, a realizar-se no nosso país, em Junho de 2006.

O convite partiu do Comando das Forças Aliadas do Runsum e Cabo Verde deverá fazer-se representar no encontro ao mais alto nível, provavelmente através do Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, coronel Antero Matos.

É que, segundo o CEMFA, a conferência da Holanda tem como propósito fundamental trabalhar o cenário do exercício das tropas da Nato, a ser realizado em 2006 em Cabo Verde. *"Isto com base no trabalho que a Organização do Tratado de Atlântico Norte vem realizando para preparar a sua Força de Reacção Rápida. E como Cabo Verde é o palco escolhido para uma dessas operações, têm sido constantes os contactos com as autoridades políticas e militares nacionais, nomeadamente os realizados com a equipa de reconhecimento do Comando de Brunsum, que visitou Cabo Verde de 17 a 27 de Maio último"*.

Em Junho do próximo ano, Cabo Verde acolherá o exer-

cício dos militares da Nato. O chefe do Estado-Maior das FA diz que mesmo terá como objectivo principal exercitar a intervenção da Força de Reacção Rápida da Nato num cenário de erupção vulcânica, que exija evacuação e apoio humanitário.

Mas as acções das FA cabo-verdianas não ficam por aí. Três marines norte-americanos terminaram, no final da semana passada, mais um curso para capacitar os formadores dos elementos que deverão constituir a Força de Intervenção Rápida de Cabo Verde. A sessão contou com a participação de 30 oficiais das FA das regiões militares de S.Vicente Sal e Praia e consistiu em exercícios práticos em locais determinados, entre os quais aeroportos. Regras operacionais fundamentais da guerra interna, operações de Força de Reacção Rápida e procedimento do Comando e controlo da FRR foram, entre outros, os temas ministrados durante o mencionado curso.

O Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas diz que o processo de constituição da Força de Reacção Rápida de Cabo Verde arrancou, em Maio do ano passado, com uma formação teórica aos formadores, orientada por militares dos Estados Unidos da América, país que vem apoiando a



criação da referida força. Entre outras missões da força nacional destacam-se intervenções em situações de emergência provocadas por calamidades naturais e proteger sítios vitais, com destaque para os aeroportos e a nossa Zona Económica Exclusiva, em casos de terrorismo, movimento de narcotráfico, imigração clandestina e pesca ilegal nos mares de Cabo Verde.

ADP

## OPERAÇÃO ESPERANÇA

*Começou há quinze dias, com a reabilitação de uma casa em Lém-Cachorro, na Praia. Mesmo com a polémica que já se gerou entretanto em torno do projecto, a "Operação Esperança" está no terreno, a tentar dar dignidade às casas dos mais pobres. No sentido de saber ao certo com que linhas se cose a OE, A Semana entrevistou Nilda Fernandes, presidente do Instituto Cabo-Verdiano da Solidariedade, responsável pelo projecto.*

— | POR: PEDRO MIGUEL CARDOSO | —

## "Este projecto é de todos nós"



- O que é, exactamente, a "Operação Esperança"?

- É essencialmente um programa de solidariedade que pretende reabilitar casas, em todo o país, que estejam em risco claro de desabamento ou que não apresentem as mínimas condições de habitabilidade. No entanto, não se pode confundir a OE com a política habitacional do país, uma vez que essa matéria não é da competência do ICS. Até porque neste momento, pelo que sei, o governo já apresentou a proposta para seleccionar a equipa que vai elaborar a plano nacional de habitação, que é da responsabilidade do MIT.

- Críticos do programa apontam que o programa peca por ser tarde.

- Só agora é que o Governo conseguiu reunir condições para adiantar a verba para este programa. Mas, no entanto, já há dois anos que estamos a trabalhar na OE. Durante este período seleccionámos as associações parceiras, criámos a célula técnica de acompanhamento da OE e deslocámo-nos a todas as localidades de todos os concelhos do país para fazermos o levantamento sócio-económico, orçamental e fotográfico de cada caso que nos chegou às mãos através das associações comunitárias. Posteriormente, fizemos a selecção das casas que necessitam de uma requalificação mais urgente e que são as que fazem parte desta primeira fase que deverá terminar no final do ano.

- Quais foram os critérios de selecção?

- Os critérios foram definidos com base na condição das habitações e da situação sócio-económica das famílias. Desenvolvemos então um sistema de pontuação, que definiu quais os casos prioritários e quais os que poderiam ser contemplados em fases posteriores da OE. Porque este é um projecto que pretendemos que seja plurianual.

- A comunidade foi chamada a dar a opinião?

- Sim, através de encontros que mantivemos com as pessoas e com as associações comunitárias. Elas foram a grande interlocutora entre o ICS e a população abrangida no programa, uma vez que conhecem bem o terreno e também assim ajudaram-nos na selecção.

- Este diálogo com a comunidade foi pacífico?

- Nem sempre, mas neste capítulo as associações desempenharam um papel fundamental. E também por isso ainda hoje mantém o diálogo com eles, na tentativa de explicar-lhes o porquê da inclusão de uns e não de outros no apoio desta fase e dizer que o programa é para continuar.

- A quantia destinada a este projecto é de 120 mil contos, inscritos no Orçamento de Estado. No entanto, numa divisão teórica pelos 22 municípios, por Moçambique e S. Tomé e Príncipe, também contemplados pelo OE, cada área será contemplada com 5000 contos. Não é pouco dinheiro, tendo em conta a pretensão do ICS de renovar "milhares de casas", como anunciou?

- É pouco e não chega para abranger nem um terço das necessidades a que nos propusemos atingir nesta fase. Na verdade, estávamos a contar, para esta fase, com 500 mil contos. Imagine o concelho da Praia que tem cerca de 50 localidades. Se gastarmos em média 150 contos por cada casa, quantas conseguiremos reabilitar?

- Mas 120 mil e 500 mil contos são valores bem, diferentes. Porque é que arrancaram com o projecto, se afinal a quantia que está para já garantida não chega para cumprir com os vossos objectivos?

- Para já não chega, mas ainda estamos à espera de o conseguir. Ao pensar-se a OE pensou-se algo em grande, que contasse com

a disponibilidade de todos.

O Governo disponibilizou uma quantia, e estamos agora à espera de desenvolver parcerias com outras instituições, entidades, empresas para alcançar as restantes verbas. Por exemplo, já conseguimos seguros de habitação para todas as casas recuperadas. No entanto, este é um projecto de todos nós, e por isso também a sociedade cabo-verdiana pode contribuir para a OE, depositando donativos em duas contas bancárias que abrimos ou doando materiais de construção. É só contactar o ICS. Toda esta movimentação em torno do projecto é necessária, porque para nós é lógico que o Governo não pode arcar sozinho com toda esta despesa.

- Com o dinheiro actualmente disponível, quantas e que tipo de intervenções vão acontecer?

- As obras que vamos fazer vão desde a colocação de portas e janelas até ao reforço da estrutura das casas que estão em risco iminente de desabamento, passando pela reparação de fendas nas paredes. Mas há também casos excepcionais que vão merecer uma atenção especial, como é o caso de doze casas na Praia que já começaram a ser reparadas com vista a eliminar barreiras que dificultem uma situação de deficiência.

Quanto ao número total de obras, ainda estamos a determiná-lo, porque ainda não acabámos de tratar os dados de todos os concelhos.

- Mas ainda não há projecções?

- Na Praia, que é o sítio mais complicado devido à deslocação de pessoas de todo o país para a cidade, reabilitaremos cerca de 300 casas nos bairros de Ponta de Água, Lém-Ferreira, Tira-Chapéu, Achada Gran-

de, Várzea e Lém-Cachorro. Estas são obras que já arrancaram, a par de Santa Catarina e Tarrafal. Ainda em Santiago, na Calheta de S. Miguel, vamos intervir em aproximadamente 180 habitações e no Tarrafal, em 50. Em Santo Antão seleccionámos 186 casas. Mas é preciso dizer claramente que temos tudo em aberto, porque ainda estamos em negociação com os parceiros, e à procura de outros, o que se poderá traduzir num possível aumento da verba inicial e no consequente alargamento do programa a outras casas.

- Esses 120 mil contos vão ser distribuídos equitativamente pelos municípios?

- Não, essa distribuição foi feita de acordo com os dados do censo de 2000 relativos ao número de habitantes de cada concelho e à necessidade habitacional das populações. Será, portanto, uma distribuição proporcional, e não equitativa.

- As comunidades cabo-verdianas em Moçambique e São Tomé e Príncipe serão também contempladas por este projecto. O que vai ser feito nesses países?

- Em São Tomé e Príncipe vai ser construída a Casa Social dos Cabo-verdianos e em Moçambique vão ser reabilitadas casas de imigrantes que vivem em situações degradantes. A coordenação destes projectos será feita pelo Instituto das Comunidades.

## OUTROS PROJECTOS

### Projecto de Reinserção dos Repatriados

"Conseguimos já a quantia de que precisávamos para recomeçar as obras em S. Jorginho, que já deverão terminar dentro de poucas semanas. Esperamos que até finais de Julho possamos arrancar com o projecto. Entretanto, começámos também a dar formação aos deportados toxicodependentes e/ou seropositivos que estão na Tenda El-Shada".

### Levantamento dos Órfãos

"Terminámos agora o levantamento dos órfãos em todos os concelhos, neste momento estamos a tratar os dados recolhidos, para elaborarmos num

estudo profundo. Enviámos também a todos os potenciais parceiros a proposta para a segunda fase do projecto, no sentido de vermos que tipo de acompanhamento se pode dar a cada caso. Porque dentro desse grupo de órfãos vulneráveis, temos também os órfãos da Sida. Neste momento vai-se criar um grupo de trabalho conjunto para responder às necessidades que foram levantadas no inquérito que fizemos a nível nacional".

### Orientação educacional a nível do pré-escolar

"Este é um projecto que começámos há cerca de dois anos, e onde fazemos o reforço do atendi-

mento nos nossos jardins-de-infância e tentamos abordar a criança dentro do seu contexto. A maior parte das crianças com quem trabalhamos são de famílias problemáticas e vêm de bairros mais desfavorecidos, onde fomos buscar.

Através deste programa prestamos gratuitamente aos jardins infantis apoio médico de quinze em quinze dias, para além do apoio psico-social às crianças e às famílias e alimentação aos mais pequenos durante o tempo de permanência no jardim infantil. Também as monitoras frequentam periodicamente acções de formação que as capacitam para lidar com alguns tipos de problemas e comportamentos".